

O ofício do psicanalista

Richard Couto

Resenha de S. Alberti, W. Amendoeira, E. Lannes, A. Lopes, A. e E. Rocha (orgs.), *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, 197 p.

O presente livro resulta de um trabalho inédito das instituições psicanalíticas brasileiras: Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Um fato novo ocorreu nos últimos dez anos no Brasil – pela primeira vez entidades psicanalíticas de diferentes orientações uniram-se em prol da causa analítica. Se as orientações são diferentes, a origem é comum a todas, a saber, a descoberta do inconsciente e a invenção da psicanálise por Freud. Qual a razão de se criar um movimento de articulação entre entidades psicanalíticas? Bem, nos últimos anos houve uma série de cursos para uma suposta formação psicanalítica oferecidos por instituições desconhecidas do meio analítico. Tais cursos eram de curta duração, apostilados, sem exigência de análise ou supervisão e, o mais grave, vinculados a movimentos evangélicos. Além disso, a formação psicanalítica era atestada por um diploma que, supostamente, concedia ao aluno o direito de psicanalisar! A pedido de uma dessas sociedades que pretendem formar assim psicanalistas de última hora, o deputado Eber Silva, do PDT do Rio de Janeiro, apresentou um

Richard Couto é psicanalista, mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorando do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio Janeiro.

Projeto de Lei na Câmara Federal cujo objetivo era a regulamentação da profissão de psicanalista e, posteriormente, a criação de Conselho Federal de Psicanálise. Até aí, nenhuma novidade, pois não foi a primeira vez que se apresentou um Projeto de Lei de regulamentação da psicanálise. Na década de 1970 houve dois projetos e no início da década de 1980 um projeto que foram arquivados ou retirados dos trâmites da Câmara Federal, como deixa claro a primeira parte do livro que situa a questão na história.

A novidade agora é que tal tentativa de regulamentação partia de um meio que guarda pouca proximidade com a psicanálise e que, ao contrário dos projetos anteriores, possuía um *lobismo político* forte. Logo, os psicanalistas, ao terem notícias de tal projeto, lançaram-se para não só impedir a aprovação do projeto, mas também para defender o lugar da psicanálise no mundo – tarefa que os psicanalistas cumprem desde a invenção da psicanálise. Mais do que impedir, defender e esclarecer os deputados buscados para apoiar o movimento dos psicanalistas, foi preciso retomar os fundamentos da formação psicanalítica: análise pessoal, estudo contínuo dos textos fundamentais de Freud e de outros psicanalistas e a supervisão clínica com um psicanalista de maior percurso. Denominamos os fundamentos de formação de tripé da formação analítica, que se sustenta nos conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, pulsão, transferência, repetição. Como regular um ofício que se alicerça na experiência de cada analista como analisando? Mas temos de lembrar que nem sempre uma análise vai produzir um analista, o que põe em questão a demanda de ser psicanalistas, na medida em que tal demanda mascara, muitas vezes, a busca de uma formação profissional. Somente quando se maneja na transferência a demanda de ser analista para uma questão do sujeito, fazendo com que surja um sintoma analítico, é que se surgirá a possibilidade, no percurso de análise, do desejo do analista. Assim, um analista não é aquele que demanda ser analista, pois esse apenas julga saber o que é um analista quando, na realidade, é

um leigo, não analista. O analista como produto de uma formação psicanalítica surge desta, o que é bem diferente.

Além de defender a psicanálise de desvios, o livro trata de esclarecer a razão de falarmos em formação e não em regulamentação da psicanálise. O principal norteador da formação psicanalítica é a análise pessoal, é o percurso de análise de cada um que vai autorizar alguém a praticar a psicanálise, a sustentar o lugar de analista. Desse modo, a formação não parte de um saber prévio, cabível de ser aplicado, mas de um saber construído no percurso de uma análise, um saber do inconsciente. Como regular o inconsciente? Como regular a transferência? O inconsciente não se presta à regulação ou regulamentação, ele segue seus princípios, suas próprias leis. A transferência não se regula, se maneja, se opera com ela, posto que, como já indicava Freud, a transferência é um motor do tratamento psicanalítico. Assim, temos um ponto importante do livro, isto é, o estatuto leigo da psicanálise. Como se trata de coletânea de textos, não se pode esperar do livro uma passagem linear de capítulo para capítulo, mas podemos afirmar que há um norteador: o texto de Freud *A questão da análise leiga*, de 1926. Sabemos que Freud escreve o referido texto para defender o psicanalista Theodor Reik de um processo no qual o acusavam de charlatanismo, dado que Reik não tinha formação médica. Antes, voltemos à questão da psicanálise ser leiga e, como diz Elia no livro, leiga por rigor.

O que faz a psicanálise ser leiga é o fato de a psicanálise engendrar um saber que não segue os padrões científicos, teórico-filosóficos, mas um saber que é tecido da vida comum, cotidiana, é um saber leigo. Tanto que Freud afirma no livro *A interpretação dos sonhos* (1900) que seus postulados sobre os sonhos estão muito mais próximos da cultura popular do que do saber médico-científico sobre os sonhos. Daí a diferença da psicanálise em relação à medicina, à formação universitária e às psicoterapias, a saber, não há uma posição de mestria na psicanálise, pois, se o saber está para ser construído, a posição do psica-

nalista é de não saber. Porém, é um não saber que não se confunde com o horror ao saber, nem com o não querer saber, é um não saber que se sustenta pela não identificação com a suposição de saber feita pelo analisando ao psicanalista. É um não saber que viabiliza uma produção de saber inédita. Adentramos, com isso, noutra discussão presente no livro: a demarcação das diferenças entre a psicanálise e as psicoterapias. Os motivos de trazer tal questão também se localizam na tentativa de regulamentação das psicoterapias e há entre os que propõem a referida regulamentação aqueles que querem incluir, no ramo das psicoterapias, a psicanálise. Apesar de a psicanálise ter influenciado a criação de vertentes de psicoterapias, ela nunca se confundiu com as psicoterapias; assim sendo, a psicanálise não pode ser posta no mesmo conjunto. As psicoterapias são marcadas por um saber prévio, muitas pela sugestão e pela tomada de direcionamentos das vidas dos sujeitos. Resumindo: o psicoterapeuta se coloca numa posição de saber, ele sabe o que é melhor para o seu paciente, ele quer curar seu paciente, mesmo sem saber o que ele deve curar! O que permeia as psicoterapias é a ideia de bem-estar. Já a psicanálise não se pauta pela ideia de bem-estar e sim que há um mal-estar inerente aos sujeitos e que não pode ser curado por ser mesmo inerente à civilização, afirmando através de sua clínica que todo sujeito é dividido e que o desejo não pode ser completamente satisfeito. Não é a visada de uma psicanálise eliminar o mal-estar, muito menos a fenda que divide o sujeito do inconsciente, mas sim possibilitar que se sustente a posição de sujeito diante do mal-estar, sustentar que o sujeito assuma a responsabilidade por sua posição.

Diante da constatação do mal-estar pela psicanálise, como aceitar uma tentativa de regulamentação advinda do campo religioso que objetiva eliminar, através de uma promessa de bem-estar, o mal-estar? Freud sempre manteve reservas quanto às religiões, nunca se furtou ao diálogo com elas, mas sempre demarcou as fronteiras entre psicanálise e religião. Isso não quer

dizer que ser religioso implique a impossibilidade de ser analista; porém, da mesma forma que o analista se desprende de qualquer ideia de bem-estar, da tentativa de curar, ele tem de se desprender de suas crenças e fazer operar a regra fundamental da associação livre que se desdobra em outra regra, a saber, o analista deve se abster como sujeito. A terceira parte do livro debate esta questão, além de fazer referência ao debate da psicanálise com a ciência, tendo em vista que hoje há um casamento entre ciência, religião e capitalismo.

A quarta parte discute a entrada da psicanálise na Universidade. Como estamos falando de um livro que versa sobre a formação do psicanalista, o debate com a universidade, instituição formadora não de cientista, mas também de profissionais, se faz preciso. Desde Freud se debate o ensino da psicanálise na universidade. Freud chegou mesmo a cotejar que a psicanálise viesse a ocupar um certo lugar na universidade, podendo até mesmo servir a campos do conhecimento, como, por exemplo, a medicina. Isso não quer dizer que Freud em algum momento vislumbrou que a formação do psicanalista se desse na universidade. A universidade não forma psicanalistas, mas pode ser o lugar no qual uma primeira centelha de um interesse pela psicanálise pode se efetivar. Muitos analistas são até hoje contrários aos cursos de pós-graduação que se pautam na psicanálise, mas tais cursos nunca tiveram a pretensão de formar psicanalistas, talvez, como indica Alberti na apresentação do livro, uma função que poderíamos atribuir à psicanálise na universidade é a relativização dos saberes presentes na academia.

A última parte do livro traz um apêndice composto pelo *Manifesto de Entidades Brasileiras de Psicanálise* publicado em 2001, mas que se faz de suma importância para esclarecer a posição dos psicanalistas brasileiros quanto à regulamentação do exercício da psicanálise hoje. Há também uma entrevista concedida por alguns membros da articulação ao psicanalista francês Marie-Jean Sauret, que ficou muito surpreso com o movi-

mento da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, pois é um movimento composto, como já dissemos, por diferentes orientações psicanalíticas, mas que se uniram em prol da causa analítica, coisa que não aconteceu na França. A entrevista foi primeiramente publicada em uma revista francesa *Psychanalyse* (2006, n. 6) e traduzida para a publicação no referido livro. Entre o manifesto e a entrevista se encontra um texto de Freud de grande relevância, é o *Pós-escrito de A psicanálise leiga* (1927), traduzido aqui direto do alemão por Eduardo Vidal. Além de comentar a recepção e os efeitos que o trabalho *A questão da análise leiga* (1926) teve ao ser publicado, Freud volta a afirmar que não importa tanto que o analista tenha o diploma de médico e sim que possa sustentar a posição singular de analista, ao mesmo tempo que observa que o molde de ensino da universidade não é o mais adequado para ensinar a psicanálise. Para Freud, o plano de ensino para se formar um analista ainda deve ser criado, mas poderíamos dizer que se trata de um *work in progress*, para retomar uma expressão de James Joyce usada por Lacan. Mesmo assim, Freud lista algumas disciplinas que podem fazer parte de tal plano de ensino: “matérias de ciências do espírito psicológicas, socioculturais, sociológicas assim como também anatômicas, biológicas e de história da evolução” (Freud, 1927 [2009], p. 169). Parte do texto já é familiar para muitos psicanalistas e estudiosos da psicanálise, mas a versão mais conhecida é extirpada da crítica que Freud faz ao modelo de vida norte-americano. No livro a versão é completa e indicada por colchetes. Freud critica ou põe em xeque o que hoje conhecemos como *american way of life*, ou seja, a *public opinion*, a *open mindedness*, a *efficiency*, o *time is money*. A tudo isso, Freud contrapõe o próprio inconsciente, postulando que “os decorso psíquicos entre consciente e inconsciente têm, pois, suas condições temporais particulares, que afinam mal com a demanda americana” (*Idem*, p. 179). Freud ainda fala da impossibilidade de se formar em três ou quatro meses um homem que, até então, não tinha notícias do que seria

uma análise, em analista. Seguindo Freud, como formar analistas com apostilas ou com uma mera certificação de conclusão de curso?

A questão que fez surgir o livro foi como fazer com que o debate, que se constituiu a partir de mais uma tentativa de regulamentação da

psicanálise, chegasse à *pólis*, ou seja, aos psicanalistas, estudantes, profissionais de outras áreas e áreas afins e tal tarefa o livro cumpre. Mas, possivelmente, ele se tornará uma referência para todos os que se interessam pela psicanálise e pela formação do psicanalista.